



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises  
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: A política social na crise sanitária revelando outras crises

**Desigualdades sociais e políticas sociais: reflexões a partir da intersectorialidade**

**Rosimary Gonçalves de Souza<sup>1</sup>**  
**Giselle Lavinias Monnerat<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo analisa como o agravamento das desigualdades sociais, em contexto ultraneoliberal e pós-pandêmico, revigora o debate do papel do Estado na garantia dos direitos sociais, destacando, sobretudo, que a conjuntura atual demanda políticas públicas e sociais intersectoriais em face da profunda complexidade das refrações da questão social. Ademais, confere centralidade ao debate sobre como o grave quadro social atual exige para seu enfrentamento ações coordenadas, sustentáveis e contínuas dos entes governamentais com o engajamento e participação ativa da sociedade civil, sem deixar de problematizar os desafios históricos advindos da baixa tradição de intervenção articulada entre as áreas sociais no Brasil.  
**Palavras-chave:** Política Pública. Política Social. Intersectorialidade.

**Social inequalities and social policies: reflections based on Intersectionality**

**Abstract:** This article analyzes how the deterioration of social inequalities in an ultra-neoliberal and post-pandemic context reinvigorates the debate on the role of the State in guaranteeing social rights, highlighting, above all, that the current situation demands intersectoral public and social policies in the face of the profound complexity of the reflections of the social question. In addition, it gives centrality to the debate on how the current social situation requires coordinated, sustainable, and continuous actions by government entities, with the engagement and active participation of civil society, without ceasing to problematize the historical challenges arising from the low tradition of coordinated intervention among the social areas in Brazil.

**Keywords:** Public policy. Social policy. Intersectionality.

**INTRODUÇÃO**

Este artigo tem por objetivo analisar como as crises recentes vivenciadas pelo Brasil, tais como os efeitos econômico-sociais e sanitários da pandemia da Covid 19 e o retorno radical da fome que atinge por volta de 33 milhões de brasileiros explicitam um aprofundamento das desigualdades sociais que marcam historicamente o país e, de outro lado, tais condições também vêm, a nosso ver, abrindo espaço e intensificando o debate

<sup>1</sup> Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP – FIOCRUZ), professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rgdsouza@uol.com.br.

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-FIOCRUZ), professora do Departamento de Política Social da Faculdade de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: lavinamonnerat@hotmail.com.

sobre as causas destas desigualdades sociais e as formas de enfrentamento a elas. Sabe-se que as enormes disparidades brasileiras têm como pano de fundo não só o acesso desigual à renda e ao trabalho, mas também refletem as profundas iniquidades regionais, educacionais, ambientais, raciais, de gênero, entre outras.

Além das políticas macroeconômicas ultraneoliberais fortemente assentadas no rentismo, na busca do lucro financeiro e na diminuição dos postos de trabalho formais e dos salários, também contribui certamente para este gravíssimo quadro o desmonte progressivo da concepção e estrutura da seguridade social ao longo dos últimos anos com perdas de direitos sociais, ainda que sem alterações de fundo, em que pese as sucessivas reformas da previdência social, no arcabouço constitucional e infraconstitucional que regulamenta a proteção social no país. O que vem ocorrendo na prática desde 2016, muito em razão do golpe parlamentar e midiático, é um processo de retração dos investimentos nas políticas públicas de corte social, fortemente induzido pela Emenda Constitucional 95 que congela por 20 anos o orçamento da União destinado às funções das políticas sociais. Ou seja, o que se tem, como consequência, são medidas restritivas nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência social, habitação, saneamento, entre outras, efetivadas nos últimos anos e que descumprem a responsabilidade pública do Estado e solapam a ideia de universalização dos direitos sociais, conforme previsto no texto constitucional de 1988.

Vale notar que o governo empossado em 2023 vem buscando formas de resgatar os investimentos sociais necessários, contudo o grau de destruição das instituições, das estruturas de gestão (tanto central quanto intergovenamental) e dos aparatos estatais responsáveis pela oferta de bens e serviços sociais é, como se sabe, bastante extenso.

Neste contexto, é que se busca aqui examinar como as políticas sociais jogam um papel central no enfrentamento à crise atual, onde problemas sociais já existentes ganham contornos ainda mais dramáticos com a crise atual. Também se busca problematizar como a integração das políticas públicas através da ação intersetorial apresenta-se como uma tarefa essencial diante da complexidade da realidade atual. A ação intersetorial entre diferentes políticas sociais aliadas às iniciativas da sociedade civil é uma estratégia central para enfrentar as mazelas sociais brasileiras, agravadas pela ação deliberada dos últimos governos ultraliberais voltados à destruição das políticas sociais e a consequente

regressão dos direitos sociais. Embora reconheça-se aqui que na conjuntura atual a intersectorialidade deve ser trazida ao centro do debate público sobre a formulação e implementação das políticas públicas e sociais, todavia não pode ser tomada como “panaceia” para todos os males e dimensões da questão social, já que esta é engendrada em face às desigualdades próprias geradas pelo capitalismo e que se agravam em seu *modus operandi* contemporâneo. Concebe-se aqui a gestão intersectorial na direção ético-política de combate às injustiças sociais e articulação de esforços estatais e da sociedade civil para enfrentar o fenômeno multifacetado da pobreza e das desigualdades sociais por meio da garantia os direitos sociais já conquistados legalmente.

## **DESENVOLVIMENTO**

A pandemia de Covid 19 teve seu auge nos anos 2020/2021, mas, como é sabido, seus desdobramentos econômico-sociais e sobre a saúde dos brasileiros se prologam até os dias de hoje. Especificamente no campo da saúde pública são relevantes as sequelas da chamada Covid longa, cujo tratamento envolve diferentes níveis de atenção do sistema de saúde e diferentes equipes especializadas, o que impõe a necessidade de ampliação da rede assistencial do Sistema Único de Saúde no país. Cabe ressaltar que no contexto pandêmico muitos procedimentos foram suspensos e isso acabou acarretando o agravamento do quadro de saúde de muitos indivíduos e em enorme demanda reprimida com conseqüente pressão pela ampliação de serviços e procedimentos mais complexos por parte do SUS.

Para além da pandemia, também se destaca o recrudescimento dos graves fenômenos da pobreza e da indigência social, agravados, sobretudo, pela austeridade da política de ajuste fiscal - traduzida na Emenda Constitucional n. 95- que impôs um teto de gastos, especialmente para os investimentos no campo social, ao longo dos últimos anos. De igual modo, a larga privatização das funções estatais ocorrida no governo neoconservador do presidente Jair Bolsonaro fragilizaram a capacidade e potência do Estado brasileiro em sua função tanto de promotor do desenvolvimento econômico quanto de suas responsabilidades relativas aos direitos de cidadania.

Lamentavelmente assistimos hoje a necessidade de reatualizar o debate de temas tão caros à nossa sociedade como, por exemplo, a volta do país ao mapa da fome. Assim, ganham foco na agenda pública de debate as condições de vida inaceitáveis, como o aumento do número de pessoas em situação de rua, péssima qualidade de vida e moradia nas favelas e periferias, condições trabalhistas precárias onde prevalece alta informalidade e trabalho desprotegido, saneamento básico inexistente para um alto percentual da população do país, e, como já citado, insuficiências na atenção à saúde com déficit de recursos humanos, medicamentos, consultas especializadas e leitos hospitalares etc. Ademais, a pandemia aprofundou as deficiências educacionais como o alto índice de evasão escolar e das dificuldades de acompanhar aulas remotas por parte dos grupos mais empobrecidos da sociedade, o que se refletirá certamente nas oportunidades futuras destes segmentos, já historicamente prejudicados em função do lugar que ocupam na estrutura altamente hierarquizada de nossa sociedade. Com efeito, a pandemia expôs sem retoques as desigualdades sociais brasileiras, o que se traduz no fato de que até mesmo o risco de morte pela doença foi imensamente maior entre os mais pobres e entre os negros, como mostram os diversos estudos epidemiológicos e sociológicos disponíveis (ESTRELA, F. M. et al., 2020). Os determinantes sociais do processo saúde – doença ficam evidentes quando se observa que mesmo diante de um vírus altamente transmissível e que aparentemente toda a população estaria igualmente vulnerável, as capacidades de respostas (possibilidade de fazer isolamento social, trabalho remoto, etc) ao risco se mostraram profundamente diferentes dependendo da classe social, raça e condição de saúde dos indivíduos.

Sobre este ponto, MOYSES (2020) reforça que a pandemia desnuda a questão da iniquidade, que atinge desproporcionalmente em termos de morbimortalidade as populações vulnerabilizadas, especialmente trabalhadores precarizados, *uberizados*, desempregados, trabalhadores domésticos, de limpeza pública, entregadores em domicílio, incluindo os da área da saúde e pessoas em situação de rua.

Neste contexto, ganham relevância o papel das políticas públicas e sociais e a necessária ação do Estado frente a esses complexos déficits – de saúde, assistência, educação, habitação, saneamento, transporte, alimentação, emprego e renda, entre outros setores. Torna-se essencial a ação do Estado como pilar central no combate à miséria, à

perda da renda, às desigualdades inaceitáveis e para a garantia de condições de vida dignas. Ainda que hegemônico, há uma certa perda da eficácia do discurso liberal e dos seus correlatos - o consumismo, o individualismo, a meritocracia - diante das condições de miserabilidade que afeta milhões de pessoas no mundo atualmente *vis-à-vis* ao aumento da concentração da riqueza, face perversa que se acentua no capitalismo em seu estágio presente. No que tange ao Brasil, diversos autores vão demonstrar como nos últimos anos a renda tornou-se ainda mais concentrada entre nós ao mesmo tempo em que a fome cresce.

Tais acontecimentos têm forte repercussão sobre as políticas sociais no que se refere, especialmente, ao debate sobre o escopo, o desenho e o grau de prioridade que tais iniciativas devam assumir na agenda pública, temas que vem ganhando centralidade no debate público no país a partir da eleição do governo de centro-esquerda em 2022 com um amplo arco de alianças, composta inclusive por alas da centro direita. Neste ambiente de intenso conflito político e com a extrema direita se consolidando como a segunda força política do país, as mudanças efetivas nas políticas públicas permanecem incertas, dado que tais mudanças demandam altos investimentos para que se colha resultados reais no campo social a nível dos indicadores sociais.

Em razão do cenário pandêmico, no campo da saúde cresceu a defesa dos sistemas de saúde universais, ressaltando-se inclusive sua capacidade de dar respostas mais eficazes a emergências sanitárias como no caso da covid19. Apesar do subfinanciamento do setor saúde no país desde 2016 (com a decretação da Emenda Constitucional 95 pode-se falar em desfinanciamento), das conhecidas iniquidades em saúde e desigualdades de acesso aos serviços, o momento mais grave da crise sanitária revelou inequivocamente o quanto as ações em defesa da vida dependem de um sistema público e universal de saúde. É fundamental registrar que mesmo que a presidência da república e o ministério da saúde no governo Bolsonaro tenham assumido uma perspectiva assumidamente negacionista do ponto de vista científico, a pandemia expôs a importância do SUS, evidenciada em funções pouco visíveis e aparentes até então, como a vigilância em saúde, a vigilância epidemiológica e a vigilância sanitária, além da pesquisa e produção de vacinas, dentre outros inúmeros serviços prestados. Com base nesse reconhecimento, pode-se dizer que o número de quase 700 mil mortes (até dezembro de 2022) deve ser

atribuída à inoperância do governo federal que preferiu defender a economia e não a vida dos cidadãos brasileiros.

Sobre este aspecto, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) levada à cabo no senado brasileiro em 2021 identificou que, pelo menos, um terço das mortes por covid-19 poderiam ter sido evitadas se o governo federal tivesse agido com base na ciência e nas indicações dos organismos nacionais e internacionais de saúde. O que fica claro é o desprezo pela vida, notadamente dos negros, o que configura inequívoca aproximação às práticas fascistas, conhecidas e destacadas como política de morte.

Em 22 de dezembro de 2022, após trinta dias de trabalho, o governo do presidente Lula, eleito no pleito deste mesmo ano, divulgou o *Relatório Final* do gabinete de transição governamental. Este documento reúne conclusões dos diversos grupos de trabalhos criados para elaborar um amplo diagnóstico sobre as condições institucionais, políticas, econômicas, sociais, ambientais, de gênero, raça, etnia, direitos humanos, dentre outras questões que dizem respeito ao estado brasileiro e à responsabilidade governamental afeitas aos processos de formulação e implementação das políticas públicas e sociais. A garantia de realização de processos de transição entre governos se ancora, do ponto de vista legal, em normatização específica, promulgada por ocasião da passagem do governo FHC para a primeira gestão do presidente LULA em 2003. Entretanto, como mencionado no referido relatório, o governo neoconservador de Jair Bolsonaro não criou, e até obstaculizou, as condições institucionais e orçamentárias para as ações cabíveis voltadas para consecução dos estudos diagnósticos atinentes a transição para o atual governo.

O relatório final faz uma radiografia tenebrosa do desmonte do Estado e das políticas públicas no âmbito do governo federal, o que certamente tem repercussões nos níveis subnacionais de governo, haja vista a desfiguração política e institucional do pacto federativo e seus inúmeros colegiados de gestão construídos após a Constituição de 1988. O diagnóstico elaborado, em conjunto com diversos grupos técnicos, políticos e com participação da sociedade civil, menciona risco iminente de colapso dos serviços públicos, o que fez com que o presidente eleito e sua coligação, mesmo antes de tomar posse, negociasse com legislativo federal medida que pudesse garantir orçamento suficiente para financiar políticas sociais cruciais e urgentes, como, por exemplo, o

Programa Bolsa Família, Farmácia Popular, estoques de vacina para covid 19, compra de merenda escolar, recursos para as universidades públicas que corriam risco de não concluir o ano letivo, dentre outras questões. Com efeito, a impressionante constatação de que o governo anterior não havia previsto tais investimentos no orçamento anual de 2023 não deixa dúvida acerca do tamanho da crise social que vivenciáramos caso a extrema direita se perpetuasse no poder.

Ainda segundo o Relatório do gabinete de transição, a degradação da autoridade sanitária nacional (MS) foi fator crucial para o desmonte de políticas e programas até então consolidados e bem avaliados, como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), Mais Médicos, Farmácia Popular, IST-Aids e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. As redes assistenciais também foram demasiadamente afetadas, haja vista que se estima que, de 2018 a 2022, as perdas do SUS, em decorrência da EC 95/2016, foram de quase R\$ 60 bilhões, descontando-se os gastos autorizados excepcionalmente no contexto de calamidade provocada pela pandemia.

A reversão da desestruturação do Programa Nacional de Imunização (PNI) construído desde os anos 1980 e consagrado internacionalmente tem sido, como mencionado no relatório de transição e se observa no noticiário, uma ação central do novo governo eleito em outubro de 2022. Importa assinalar que tal proposta, assim como muitas outras, é fortemente dependente da ação intersetorial dado que o envolvimento de outros setores de política pública e social (articulações com a educação e a assistência social são exemplos), assim como o engajamento da sociedade civil são fatores essenciais para o sucesso de tal iniciativa. É urgente reverter os baixos índices de vacinação atuais, inclusive para doenças graves que já não se tinha casos no país, mas que, em razão do desmonte institucional e das práticas de negação da ciência correntes no governo anterior, voltaram a fazer parte de nossa realidade epidemiológica.

Outra questão já mencionada é a atitude deliberada do governo anterior em romper com o pacto federativo previsto constitucionalmente e implantado nos anos 1990 no país. A descentralização do poder estatal é bandeira de luta histórica do movimento da reforma sanitária e de outras reformas constitucionais em prol da redemocratização desde o final da década de 1970. No caso do Sistema Único de Saúde, seu desenho está fortemente assentado na articulação intergovernamental e no papel central do governo

federal na articulação dos entes federados, sem o quê o sistema perde sua espinha dorsal.

Também na área da assistência social há uma enorme dívida social com a população mais pobre, cujas ações devem, necessariamente, integrar diferentes setores de política pública em conjunto com a área da assistência social dada a multidimensionalidade da questão da pobreza e suas diferentes dimensões e consequências. Impossível não se espantar com a volta do Brasil para o Mapa da Fome quando no ano de 2022 atingimos 33,1 milhões (15,5% da população total) de pessoas passando fome, em estado de insegurança alimentar grave, de acordo com o Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no contexto da covid-19 da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional, publicado em junho de 2022. Esse estudo mostra ainda o dado alarmante de que 58,7% da população brasileira vivencia algum grau de insegurança alimentar. São pessoas que não têm acesso regularmente à alimentação e se preocupam com a possibilidade de passar fome. O Ministério da Cidadania do governo ultraneoliberal ignorou a pesquisa e não envidou nenhum esforço real no sentido de promover políticas públicas, sequer no nível emergencial, para combater a fome no país que é um dos maiores produtores de alimentos no mundo. Nesse contexto, o que assistimos foi a deformação dos programas de transferência monetária (que perdeu seu sentido de política intersetorial e intergovernamental), além da volta do assistencialismo nas ações sociais e o recrudescimento da violência de raça e gênero.

O relatório do gabinete de transição governamental, afirma que as políticas de transferência de renda, os programas de segurança alimentar e nutricional e a rede de serviços sociais estão completamente desestruturados e sem financiamento suficiente. Ainda salienta que “a implementação improvisada do Auxílio Brasil desarranjou todo o sistema de transferência de renda em funcionamento há quase vinte anos e trouxe caos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (Relatório final do gabinete de transição governamental, 2020). Constata-se que o programa Bolsa família perdeu o foco e foi descaracterizado no que se refere, especialmente, ao seu desenho institucional calcado na intersetorialidade e no cumprimento de condicionalidades.

Um ponto que revela a política neoconservadora e antidemocrática do governo de Jair Bolsonaro é o fato dos conselhos de políticas sociais terem sido desativados. Mesmo diante da volta do país ao mapa da Fome o Conselho Nacional de Segurança



Alimentar e Nutricional (Consea) continuou desativado e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) não teve nenhum papel relevante durante todo esse período. O relatório mencionado se preocupa em afirmar que houve paralisação nos conselhos de participação social em âmbito governamental, tendo havido desestruturação dos mecanismos de relacionamento Estado/Sociedade.

Ainda que haja agora uma priorização governamental explícita em combater a fome e a miséria no país, sabe-se que tal missão exige a cooperação e a ação articulada entre vários atores, níveis de governo, instituições e políticas públicas a curto, médio e longo prazos, exigindo, portanto, parcerias intersetoriais maduras, contínuas e sustentáveis, onde os conflitos e disputas políticas sejam negociados em benefício da população. É imperativo envidarmos esforços técnicos, políticos e éticos para reconstruir a seguridade social brasileira sob a lógica de um sistema integrado calcado em mecanismos de diálogo horizontal, incluindo necessariamente a participação social como estratégia de gestão democrática das políticas públicas e sociais.

A crise da Covid-19 também lançou luz sobre a extrema precariedade da moradia de parte significativa da população brasileira, notadamente aquela que vive nas periferias e nas favelas. Todo o drama da impossibilidade de se fazer o isolamento social para muitos por inúmeras razões, como por exemplo a falta de condições dignas das habitações populares e a ausência de uma política urbana e habitacional consistente de longo prazo no país. O programa de habitação popular “minha casa, minha vida” foi praticamente abandonado pelos últimos dois governos (Michel Temer e Jair Bolsonaro, que criou um programa próprio mas entregou pouquíssimas unidades habitacionais), o que trouxe mais uma camada de dramaticidade para as populações sem teto e periféricas do país durante o período mais crítico da pandemia, onde a ameaça de contágio era enorme. O que se viu, neste cenário, foram famílias inteiras contaminadas e muitas mortes por falta absoluta de condições de isolar o familiar contaminado pelo vírus. Desde o início de 2023 busca-se a retomada da construção de habitações populares em grande escala para atender a essa enorme e urgente demanda. Aqui também a ação intersetorial unindo várias áreas do Estado e níveis de governo é fundamental. As áreas onde se localizam estes empreendimentos devem ser providos de serviços de saúde, assistência social, educação, transporte, como apontam os estudiosos da questão urbana e

habitacional, sob pena de não alcançarem seus objetivos e representarem desperdícios de vultosos recursos públicos.

A rigor, embora possa se perceber que o debate público apresenta-se eivado pela ideia de solidariedade social (em função da tragédia da pandemia, retorno da fome, destruição ambiental pela busca lucro desenfreado etc), só a passagem desta solidariedade para decisões políticas efetivas, ações sociais de grande envergadura, com investimentos robustos e compromissos com as políticas públicas e sociais articuladas serão capazes de dar respostas à altura das refrações da questão social na atualidade.

Neste sentido, a intersetorialidade é útil porque trabalha com a ideia de que é necessário estabelecer objetivos comuns politicamente pactuados, a partir do reconhecimento de que problemas complexos requerem ações coordenadas, sustentadas em planejamento conjunto entre diversos atores sociais e entre instituições de diferentes áreas de políticas públicas.

Sposati (2006), ao debruçar-se sobre a questão da intersetorialidade e seus efeitos sobre a realidade social, menciona dimensões que precisam ser combinadas, ou seja, a dimensão setorial e a intersetorial, isto é, as políticas sociais setoriais devem manter seu compromisso de ofertar benefícios e serviços à população como dever do Estado e direito da cidadania. De acordo com a autora, o primeiro princípio que rege essa relação entre diferentes áreas parece ser o da convergência, que é um conjunto de impulsos para a ação em determinada situação, seja ela um objeto, um tema, uma necessidade, um território, um grupo, um objetivo, uma perspectiva. Entretanto, considera ser necessário que a intersetorialidade sempre seja corretiva de irracionalidades entre pessoal, funções ou gastos sobrepostos, pois é um mecanismo racionalizador da ação porque é uma estratégia de gestão institucional que busca trazer mais qualidade por permitir ultrapassar limites que ocorreriam na abordagem somente setorial.

Portanto, é necessário que a intersetorialidade seja uma diretriz da gestão pública. Entre nós a ação coordenada intersetorial ainda carece de decisão e indução política e financeira dos diferentes níveis de governo. O que ocorre muitas vezes é que a integração intersetorial fica dependente da iniciativa isolada de gestores locais, profissionais e sujeitos envolvidos com a implementação direta das ações e cuidados à população no cotidiano dos serviços (Monnerat & Souza, 2010).

Diante de todos as questões sociais complexas mencionados, conformadas historicamente e agravadas na atual conjuntura, a intersectorialidade mostra-se, como uma estratégia necessária. Ou seja, a ação concertada entre diferentes políticas públicas e a sociedade civil em torno de objetivos comuns, agregam maior capacidade destas políticas em impactar o quadro social. Conforme alerta Arkeman (2014), a intersectorialidade precisa ser concebida não como mera ferramenta gerencial, mas como diretriz que dará corpo, dinamicidade e materialidade a objetivos ético-políticos fundados no direito humano ao mínimo bem estar social, à busca da equidade e à redução efetiva das desigualdades sociais.

Um dos efeitos da crise político – sanitária foi fomentar o debate e estabelecer um diagnóstico dos complexos problemas que atravessam a sociedade brasileira, diagnóstico este que ganha alta visibilidade no momento presente, dando lugar a um debate que envolve diversos segmentos da sociedade. O governo recém passado elegeu-se com uma plataforma política centrada na busca de melhoria das condições de vida da população, notadamente aquela em situação de miserabilidade, mas os obstáculos para a consecução de tais ações é, como se sabe, extremamente tortuosas no Brasil dada a sua longa história de concentração de riqueza e privilégios. Assim, todo o empenho e capital político deve ser empregado no plano das políticas públicas e medidas governamentais para efetivar mudanças no quadro de desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Trabalha-se no país culturalmente na perspectiva da emergência (são, logicamente, necessárias durante crises como a do novo coronavírus) mas é essencial que se transforme esta discussão sobre condições inaceitáveis de vida que atingem milhões de pessoas em compromissos políticos, ações concretas, planejadas, de grande alcance e com objetivos claros.

Neste processo, é essencial a participação efetiva da sociedade civil (tanto os movimentos sociais quanto os novos coletivos atuantes na periferia, por exemplo) e atores estatais, condição que depende da consciência e convencimento do caminho da ação articulada em meio a disputas políticas por recursos, entre matrizes técnicas e valorização social tão diferentes. O conhecido corporativismo profissional, a enorme especialização técnica e a fragmentação do saber científico moderno geram lógicas de poder que afastam os sujeitos – formuladores e implementadores diretos das políticas

sociais- da noção ética de bem comum, sobre a qual se sustenta a visão de que o Estado e a sociedade devem agir no sentido do enfrentamento da pobreza e desigualdades sociais.

Aliado a isso, é preciso reforçar que a visão de gestão intersetorial abarca necessariamente a sociedade civil e os movimentos sociais, corroborando a defesa da participação social e controle social já consubstanciados na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional. Vale dizer que o diálogo Estado e sociedade deve ser incrementado e repensado para além da concepção institucionalizada de controle social através dos conselhos de políticas públicas e sociais, que são, obviamente, uma grande conquista. Mas é preciso também inovar e dar maior dinamicidade para refundar as instituições públicas sob novas bases, com possibilidade real de que os interesses populares penetrem e modifiquem o Estado, conformando a ideia de práxis social, conforme aponta Arkeman (2014).

A intersetorialidade requer disposição para o diálogo e o entendimento de que a ação de uma arena setorial isoladamente será sempre insuficiente, assim como somente a perspectiva interdisciplinar será capaz de prescrutar as necessidades humanas em sua dimensão de totalidade. De fato, o planejamento deve ser a tradução da articulação entre saberes e práticas setoriais para atuar em dado território sobre problemas concretos.

Sabe-se, no entanto, que em nossa tradição política, as disputas político-eleitorais jogam contra ações concertadas e a perseguição de objetivos comuns. Isto ocorre nos três níveis governamentais.

Com efeito, mesmo sendo a intersetorialidade a amálgama necessária para ampliar a capacidade de resposta do Estado às demandas sociais, muitos são os fatores que se interpõem à consecução do agir intersetorial. Tais obstáculos vão desde disputas financeiras e cálculos político-partidários dos setores estatais até questões relativas às culturas, tradições profissionais e corporativas dos agentes envolvidos.

A isso acrescem-se as importantes reflexões de Morin (2020), onde para ele as insuficiências no modo de pensamento, somadas à dominação da insaciável sede de lucro são responsáveis por inúmeros desastres humanos, entre os quais os que vêm ocorrendo desde fevereiro de 2020, que até os dias de hoje sentimos suas consequências e requerem ações efetivas do Estado. Assim, nas palavras do autor:

A crise lançou fortes luzes sobre as insuficiências de uma política que tem favorecido o capital em detrimento do trabalho e sacrificado a prevenção e a precaução em nome da rentabilidade e da competitividade. Os hospitais e as equipes de saúde são assim, vítimas tanto da política neoliberal, que por toda parte se empenha em privatizar e atrofiar serviços públicos, quanto de gestões estatais hiperburocratizadas, submetidas ademais às pressões de poderosos lobbies (Morin, 2020:37).

Por último, é forçoso reconhecer que o debate teórico sobre a intersectorialidade apresenta abordagens que são recorrentes em reconhecer a fragmentação das políticas públicas e corroborar a necessidade de promover ações intersectoriais como estratégia de gestão que minimize tal condição. Entretanto, é preciso pontuar diferenciações existentes no foco das abordagens que vai desde um gradiente que a concebe voltada prioritariamente como mecanismo gerencial e racionalizador para o alcance de eficácia da ação governamental no campo das políticas públicas até as abordagens que, segundo BRONZO (2010), tratam a intersectorialidade como estratégia de gestão que se preocupa em atuar sobre a relação entre pobreza, desigualdade social e política social. Assim, é imperativo, nesta nova conjuntura política do país, envidarmos esforços técnico, político e ético para reconstruir a seguridade social brasileira sob a lógica de um sistema integrado calcado em mecanismos de diálogo horizontal. Para tanto, é crucial dar centralidade ao tema da intersectorialidade e política social na agenda pública contemporânea.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A crise gerada pela pandemia da covid -19 e o retorno da fome e da miséria em grande escala ao país, por sua extensão e consequências, como mencionado, expõe chagas profundas como iniquidades sociais, negligências ambientais, racismo estrutural, dificuldades de acesso a bens essenciais à vida que talvez, não fosse a crise, tenderiam a permanecer em segundo plano no debate político.

As ações e recursos empregados para fazer face às consequências deste quadro social desigual e injusto tem se mostrado insuficientes, dado que o arcabouço de proteção social brasileira, já insuficientemente financiado, tem tido perdas brutais de recursos nos últimos anos em face da implementação da Emenda 95 e outras reformas que vem contribuindo para desfigurá-lo.

Uma questão importante desta grave crise é a visão de que a resposta a ela não pode ser individual nem benéfica somente a uns poucos, mas requer respostas robustas e, acima de tudo, coletivas. Neste sentido, ganham relevância a busca por medidas de cunho intersetorial cujo vetor orienta-se a conjugar esforços entre diferentes setores, equipamentos sociais, gestores, profissionais e sociedade na direção de resultados sociais mais abrangentes e que impactem de forma positiva a vida cotidiana de pessoas e comunidades, em particular aquelas mais vulnerabilizadas.

A relevância do tema da intersetorialidade está ancorada no fato de que as ações públicas apresentam severos problemas para impactar os indicadores sociais e contemplar as necessidades e anseios da população atendida. Certamente, o não alcance de tais objetivos está relacionado, entre outros fatores de cunho estrutural, aos efeitos perversos do ajuste ultaneoliberal e também à persistência de acentuada fragmentação das políticas públicas e sociais, cujos serviços ofertados permanecem sendo presididos por uma lógica de organização voltada para objetivos e óticas setoriais, que tem uma enorme dificuldade em promover a equidade e a integralidade do atendimento ao cidadão.

Com efeito, são velhos e persistentes os problemas que a crise sanitária e social agravou, e que vêm sendo, em certo sentido, “redescobertos” pela porção da sociedade que não vivencia diretamente tais dificuldades. Ganha ênfase e visibilidade no debate político a ideia de que a sociedade brasileira não pode avançar sem enfrentar tamanha exclusão. O efeito das crises em imprimir velocidade a movimentos já latentes é bem conhecidos e alvo de análise de vários estudos. Este parece ser o caso da crise atual.

## REFERÊNCIAS

ARKEMAN, M.; SÁ, Ronice Franco; MOYSES, Simone; REZENDE, Regiane & ROCHA, Dais. Intersetorialidade? Intersetorialidades! *Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (11): 4291-4300, 2014.

BRONZO, Carla Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. *Planejamento e Políticas públicas*. SP n. 35, 2010.

ESTRELA, F. M. et all. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz de gênero, raça e classe. In: *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(9), 2020.

MOYSES, Samuel (PUC / PR). *Live Abrasco sobre promoção da saúde*, 2020.

MONNERAT, Giselle L. e SOUZA, Rosimary G. Política Social e Intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos, *Revista Ser Social- UNB*, Brasília, 2010.

MORIN, Edgar. É Hora de Mudarmos de Vida: as lições do coronavírus, Rio de Janeiro: Ed Bertran Brasil, 2020.

RELATÓRIO FINAL do gabinete de transição governamental. Brasília, dezembro , 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão Pública Intersetorial: sim ou não? Comentários de Experiência. Serviço social & Sociedade. SP N.85, 2006.